

BOLETIM INFORMATIVO

A REVISTA DO SISTEMA

SISTEMA FAEP



Ano XXV nº 1388 | 22/05/2017 a 28/05/2017

Tiragem desta edição 26.000 exemplares

VIAGEM TÉCNICA

SISTEMAS ENERGÉTICOS ALEMÃES

Produtores, representantes de sindicatos rurais e técnicos conheceram projetos de energias renováveis na Alemanha



sistemafaep.org.br

Aos leitores

A troca de experiências e de conhecimentos é fundamental para o aperfeiçoamento técnico e para os avanços tecnológicos. As visitas às universidades, fazendas e centros de pesquisas na Alemanha, Áustria e Itália estão possibilitando esta troca de informações. Produtores e técnicos paranaenses estão conhecendo casos de sucesso na exploração de energia renovável, com o uso de biogás, biomassa, eólica e solar nestes países. Realidades distintas, mas medidas adaptáveis.

Nesta edição trazemos ainda uma reportagem sobre a produção de kiwi no Paraná. Mostramos como o fruto mudou a vida de um produtor em Balsa Nova, na região Metropolitana de Curitiba.

Mostramos também as mudanças no Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro).

Boa leitura!

Expediente

• FAEP - Federação de Agricultura do Estado do Paraná

Presidente: Ágide Meneguette | **Vice-Presidentes:** Guerino Guandalini, Nelson Teodoro de Oliveira, Francisco Carlos do Nascimento, Oraldi Caldato, Ivo Pierin Júnior e Paulo Roberto Orso | **Diretores Secretários:** Livaldo Gemin e Mar Sakashita | **Diretores Financeiros:** João Luiz Rodrigues Biscaia e Julio Cesar Meneguetti | **Conselho Fiscal:** Sebastião Olímpio Santarozza, Ciro Tadeu Alcantara e Ana Thereza da Costa Ribeiro | **Delegados Representantes:** Ágide Meneguette, João Luiz Rodrigues Biscaia, Francisco Carlos do Nascimento e Renato Antônio Fontana

• SENAR-PR - Administração Regional do Estado do PR

Conselho Administrativo | Presidente: Ágide Meneguette | **Membros Efetivos:** Ademir Mueller - FETAEP, Rosanne Curí Zarattini - SENAR AC, Darci Piana - FECOMÉRCIO e Wilson Thiesen - OCEPAR | **Conselho Fiscal:** Sebastião Olímpio Santarozza, Paulo José Buso Junior e Marcos Junior Brambilla | **Superintendência:** Humberto Malucelli Neto

• BOLETIM INFORMATIVO

Coordenação de Comunicação Social: Cynthia Calderon

Edição: Ricardo Medeiros

Redação e Revisão: André Amorim e Carlos Guimarães Filho

Projeto Gráfico e Diagramação: Diogo Figuel

Publicação semanal editada pelas Assessorias de Comunicação Social (ACS) da FAEP e SENAR-PR. Permitida a reprodução total ou parcial. Pede-se citar a fonte.

Fotos da Edição 1388:

Fernando Santos, Giuliano Gomes, Carlos Guimarães Filho, Shutterstock, Divulgação e Arquivo FAEP

ÍNDICE

VIAGEM TÉCNICA

Bioenergia alemã

PAG. 3

PROAGRO

Mudanças no programa

Pág. 10

AGRONEGÓCIO

Estudo sobre escoamento no Paraná

Pág. 16

HISTÓRIA

Ataque japonês aos EUA

Pág. 18

CEBOLA

Produção cresce no Estado

Pág. 20

FRUTAS

Kiwi paranaense

Pág. 22



O jeito alemão de usar energia renovável

Produtores e técnicos paranaenses conheceram sistemas energéticos envolvendo biogás, biomassa e solar na Alemanha

Por Carlos Guimarães Filho



Tanto quanto às indústrias automobilísticas e de tecnologia, o setor de energia renovável da Alemanha tem sido motivo de reconhecimento mundial. Desde 2000, quando o governo definiu uma legislação específica que viabiliza, inclusive financeiramente por meio de subsídios, o desenvolvimento de pesquisas e sistemas na área de recursos alternativos, o país registra avanços significativos, a ponto de exportar projetos para nações como França, Japão, Canadá e Chile, entre outras.

Este universo alemão de energia renovável foi explorado pela delegação do Sistema FAEP/SENAR-PR durante viagem técnica pela Europa, que ainda incluiu Áustria e Itália. Os 35 integrantes, entre produtores, presidentes e delegados de sindicatos rurais, técnicos do Sistema FAEP/SENAR-PR e de empresas parceiras, tiveram a oportunidade de conhecer, em detalhes, diversos modelos do setor energético.

A primeira parada da delegação ocorreu no campus

experimental da Universidade de Munique. A propriedade de 400 hectares destinados à agricultura e pastagem, mantida pelo Ministério da Agricultura da região da Bavária e empresas técnicas do setor, é utilizada para o desenvolvimento de pesquisas para a produção de bioenergia por meio do uso dos dejetos da produção leiteira e resíduos agrícolas da silagem, milho e beterraba.

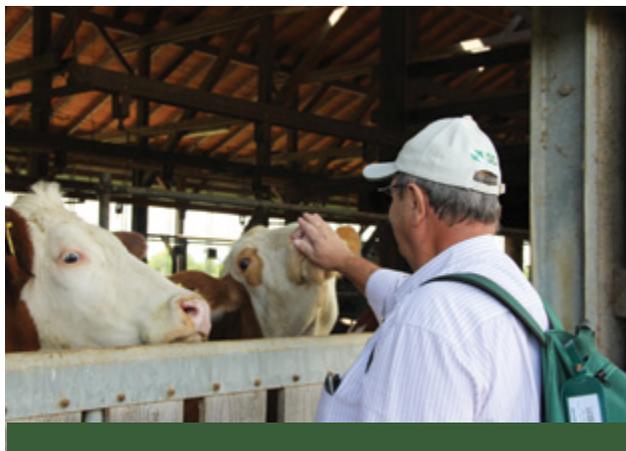
Apesar do termo experimental, a propriedade é um exemplo no uso de energias alternativas. De acordo com Georg Wendl, diretor do Ministério da Agricultura da Bavária, existe uma série de incentivos no país para que os produtores acessem os sistemas de energia alternativa. “O governo paga 20 centavos de euro por quilowatts (kW) hora como subvenção ao produtor. Hoje, 7% da eletricidade na Alemanha ocorrem por meio do biogás”, diz.

O próprio campus diversificou as fontes de energia para o uso nas atividades diárias envolvendo as 120 vacas leiteiras,



além dos processos na produção de trigo, batata, canola e cevada que ocorrem no local. Além do uso dos dejetos dos animais, diversos painéis solares foram instalados nos barracões. Esses processos permitem que 80% da bioenergia gerada no campus ocorram por biogás e o restante por energia solar. “O uso da bioenergia reduziu, em média, 65% do consumo de energias convencionais, que são bastante caras, principalmente em períodos de picos de consumo”, afirma Wendl.

Na sequência, os integrantes conheceram detalhes da Associação Fachverband Biogás, localizada na cidade de Garching. O diretor Stefan Rauh explicou que a entidade formada por 4,8 mil associados busca a sustentabilidade nas propriedades por meio do intercâmbio de informações e o desenvolvimento de políticas que auxiliam no fomento da energia renovável, além da economia e sustentabilidade



da atividade agropecuária.

“Na Alemanha, 20 milhões de hectares são destinados à agropecuária e 15% dessa superfície são utilizados para geração de energia elétrica a partir de fontes renováveis. Os principais investimentos estão em biogás, energia solar e eólica”, destacou Rauh.

No total, os associados contam com 1,6 mil biodigestores – pequenas propriedades que não produzem resíduos suficientes se reúnem para destinar a um biodigestor. A delegação da viagem técnica esteve em uma destas fazendas para conhecer uma das primeiras usinas construídas na Alemanha, em 1996.

A propriedade tem capacidade de produzir 4,5 milhões quilowatts hora (kWh), que são direcionados para a rede pública, capaz de abastecer 900 casas na região. A fazenda recebe 23 centavos de euro por quilowatts hora e, posteriormente, compra 400 mil kWh para viabilizar as atividades da própria rede pública por 4 centavos de euro.

“A legislação ambiental na Alemanha é bastante complexa. Todos os resíduos que chegam na propriedade, desde gorduras até restos de frutas, são rastreados. Além disso, é preciso pasteurizar e higienizar antes de usar na usina”, conta Pell Meyer, que coordena os trabalhos na propriedade há sete anos.

“Estive na Europa em 2009 para conhecer sistemas de biogás. É possível notar que os alemães tiveram um avanço surpreendente, principalmente no uso de dejetos de animais para produzir biogás”, ressalta José Carlos Colombari, presidente do Sindicato Rural de São Miguel do Iguçu, integrante da delegação que realiza o giro pela Europa.

Apoio

No Centro de Excelência de Recursos Energéticos Renováveis, localizado em Straunbing, os produtores e técnicos do Paraná conheceram uma série de pesquisas nas áreas de energia hídrica, eólica, biomassa, solar e geotérmica. “O petróleo está diminuindo e, no futuro, não teremos mais tanta oferta. Além disso, o tempo do pe-





tróleo barato já passou. Temos que usar outras fontes de energia, buscar alternativas”, ratifica Sabine Gmeinwieser, coordenadora de pesquisa da entidade. “A população urbana apoia as energias renováveis. Isso aumentou bastante depois de Fukushima [cidade no Japão que registrou um acidente nuclear em 2011]”, completa.

O Centro de Excelência é formado por cinco universidades, institutos de pesquisas do Ministério da Agricultura da Bavária, associações de produtores e empresas do setor. Esse envolvimento mútuo de todos os elos da cadeia permite que o trabalho envolva desde a pesquisa, como o uso de óleo vegetal como combustível para máquinas agrícolas e o reaproveitamento de lonas para a cobertura de material picado e compacto para produção de silagem, até o suporte para a colocação de produtos e sistemas no mercado.

“A receita com a exportação das técnicas envolvendo o biogás rende muito dinheiro para o país. O setor é muito importante no contexto econômico da Alemanha”, destaca Eduardo Medeiros Gomes, presidente do Sindicato Rural de Castro, nos Campos Gerais. “Em contrapartida, no Brasil o retorno é demorado, pois o custo é alto e a legislação é um complicador”, complementa Dourvan Westphal, presidente do Sindicato Rural de Cidade Gaúcha.

Energia Solar

A última parada da viagem técnica em solo alemão ocorreu na empresa Krinner, que produz painéis solares. Os integrantes do Paraná puderam visitar o sétimo maior parque de energia solar do mundo, também na cidade de Straubing. Espalhados por 130 hectares, a “lavoura” de 250 mil painéis produz 5,4 milhões quilowatts hora (kWh), energia capaz de abastecer 15 mil casas.

Ao longo das últimas décadas, a empresa desenvolveu novas formas para captar a energia solar. “Os painéis têm inclinação de 25 graus, o que não permite acúmulo de neve. O sistema também se move conforme a posição do sol, aumentando em 25% a capacidade de produção em relação ao fixo”, explica o gerente comercial Peter Hammer, que destaca projetos em mais de seis países. “Há dois anos tentamos montar uma filial no Brasil, mas deixamos o plano em stand by por conta das dúvidas políticas”, ressalta.

Apesar da mudança de plano, Peter acredita no desenvolvimento do setor de energia solar em território brasileiro. “O Brasil tem uma demanda enorme por eletricidade, ainda mais com o crescimento da população. Precisa abrir o mercado para a energia fotovoltaica.”

Rentabilidade por meio do biogás

Karl Pfiel, produtor na Áustria, viabiliza a propriedade com a venda da energia alternativa, já que a suinocultura “praticamente empata”



A distância de 8 mil quilômetros entre o Brasil e a Áustria não é suficiente para dissociar algumas das tradicionais dificuldades encontradas no campo. Assim como diversos produtores brasileiros, no país europeu, Karl Pfiel encontra dificuldades com a suinocultura, atividade que começou com seu pai há 40 anos. De acordo com o austríaco, o preço pago pelo animal, cerca de 1,3 euro por quilo, “praticamente empata” com o custo de produção.

Pfiel engorda 5 mil animais na fazenda Rohkraft, localizada na cidade de Sitzenberg-Reidling, que fez parte do roteiro de visitas da viagem técnica organizada pelo Sistema FAEP/SENAR-PR por três países da Europa (Alemanha, Áustria e Itália). Os suínos chegam a propriedade com 8 quilos e saem para o abate com 120 quilos.

Apesar da baixa remuneração, a suinocultura é essencial para viabilizar a principal fonte de renda da propriedade Rohkraft, de 100 hectares. Os dejetos dos animais servem de matéria-prima para a usina

“A energia alternativa permite uma renda a mais na propriedade. Além de ser uma segurança no abastecimento de energia”

*Karl Pfiel,
produtor austriaco*

de biogás instalada na propriedade, uma das primeiras da Áustria. De forma associada, os resíduos da agricultura de Pfler e outras propriedades na região, no total de 2 mil hectares, também são utilizados nos biogestores.

“Utilizo 100% dos dejetos. Esse é um dos motivos de continuar na suinocultura”, diz Pfler. “A energia alternativa permite uma renda a mais na propriedade. Além de ser uma segurança no abastecimento de energia”, complementa.

A usina na propriedade Rohkraft tem capacidade instalada de mil quilowatts hora (kWh). O sistema está ligado à rede pública de energia e permite abastecer mais de mil estabelecimentos, entre residências, escolas e edifícios comerciais em Sitzenberg-Reidling. “Energia renovável está sempre disponível, diferente das energias convencionais”, aponta Pfler.

No Brasil, por exemplo, avicultores, inclusive no Paraná, registram consecutivas quedas no fornecimento de energia elétrica, o que coloca em risco os animais e gera perdas, principalmente financeiras.

Tecnologia

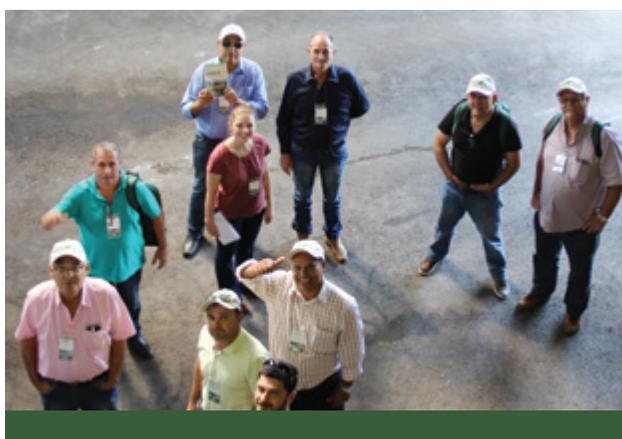
Ciente da importância do biogás, Pfler investe na produção de energia renovável há 15 anos. Hoje, o sistema é totalmente controlado por computadores, o que permite uma maior eficiência e o controle desde a fermentação da

biomassa, que ocorre ao longo de 60 dias, até a distribuição da energia. O produtor faz questão de ressaltar que “a tecnologia desenvolvida respeita a conservação da natureza”.

“É uma rede inteligente, que conta com a forte colaboração de diversas entidades técnicas de Viena. Sabemos que muitas usinas têm problema com a tecnologia, o que interfere na qualidade do produto final”, enfatiza o produtor austríaco. “O custo da técnica é alto, por isso precisa durar muitos anos”, complementa, sem revelar quando recebe pela venda de biogás.

5 mil animais

são engordados na fazenda
Rohkraft, propriedade de 100
hectares de Karl Pfler





“Eu estou muito satisfeito com as visitas, pois permitiram conhecer o que há de melhor no setor de energia alternativa e seus diversos tipos. A população quer a autossuficiência em energia alternativa, pois nisso o governo investe. Ou seja, o maior aprendizado do grupo foi que a interferência do governo é sempre incentivando a produção com tecnologia de ponta.”

Guilherme Jonker,
presidente do Sindicato Rural de Pirai do Sul



“Viagem extremamente proveitosa, que está agregando conhecimento sobre o tema. O assunto prende a atenção e atrai a curiosidade. É uma energia sustentável. Eu, pessoalmente, pretendo me aprofundar no quesito energias renováveis e repassar as informações na minha região. A palavra que melhor define a viagem é deslumbramento.”

Paulo Cesar Pineze,
presidente do Sindicato Rural de Terra Rica



“O assunto é relevante, principalmente pelo fato do Brasil ter grande potencial para produzir energia renovável apesar dos entraves políticos. O momento da realização da viagem foi oportuno, pois poderemos passar as informações aos nossos produtores sobre as tecnologias usadas na Europa. Temos que nos preocupar com o futuro da produção de energia no país. “

Nelson Teodoro de Oliveira,
presidente do Sindicato Rural de Campo Mourão



“A viagem técnica permite que o grupo conheça o que há de melhor no mundo neste setor de energias renováveis. Na Europa há um grande incômodo com a dependência do petróleo e, por isso, estão adiantados nos estudos de diversificação de uso de bioenergia. Não devemos copiar a tecnologia, mas analisar e viabilizar conforme a oferta e demanda das fontes existentes no Brasil. Temos um grande potencial, maior que o da Europa.”

Luiz Carlos Zampier,
presidente do Sindicato Rural de Pitanga



“A viagem agrega conhecimento de uma tecnologia bastante desenvolvida na Europa. Por meio do que vimos, podemos analisar o que é viável no Brasil. A produção de biogás por meio do dejetos animal deve ser incentivada com políticas públicas, como ocorre na Alemanha. A viagem é muito boa, com ótimo aproveitamento.”

Luiz Francisco Belich,
presidente do Sindicato Rural de Palmeira



“O roteiro foi ótimo, bastante abrangente. A energia renovável é uma nova opção para reduzir o custo e aumentar a rentabilidade do produtor. Os dejetos transformados em biogás deixam de ser um problema para se transformar em solução. A Europa e o Brasil têm realidades diferentes, inclusive a visão da sociedade sobre o uso de bioenergia.”

Silvanir Rosset, presidente do Sindicato Rural de Guaiára

Internet no campo

Fórum reúne empresas e entidades para buscar saídas para melhorar a navegação na rede mundial de computadores na zona rural do Estado



Representantes de empresas de tecnologia, de telefonia, provedores e entidades públicas que participaram do Fórum de Telecomunicações Rurais, realizado no dia 17 de maio, na sede da FAEP, em Curitiba, decidiram elaborar um projeto-piloto que possa servir de caminho para solucionar a falta de acesso à internet em várias regiões do Paraná.

O avanço da tecnologia no campo vem obrigado o produtor a se atualizar sobre equipamentos e formas de se comunicar. A internet já é realidade no trabalho do dia a dia de quem cultiva e produz no país, mas produtores paranaenses ainda não têm ou recebem sinais com baixa qualidade de navegação.

Para Nilson Hanke Camargo, engenheiro agrônomo do DTE/FAEP que coordenou o encontro, o resultado do fórum foi positivo, pois, além de tirar uma ação efetiva para tentar resolver a falta de acesso à internet no campo, conseguiu reunir grandes empresas do setor de telecomunicações, como a TIM, Copel, Huawei e Hughes, órgãos públicos (Anatel e Secretaria de Assuntos Estratégicos), além de SENAR-PR e Ocepar, que se mostraram dispostos a unir forças para oferecer navegação de qualidade na rede mun-

dial de computadores.

Uma das possibilidades exposta foi a internet via satélite. Segundo Rodrigo Cavaleri, responsável pelo Marketing da Hughes, o serviço oferecido pela empresa atende demandas em áreas isoladas. “Chegamos onde ninguém chega. Onde tem cobertura do meu satélite, basta saber se uma cidade está dentro desta área, e levamos o produto ao cliente, seja na parte urbana, seja no campo”, afirma Cavaleri.

Já Marcelo Yamada, da Copel Telecomunicações, explicou que a empresa leva internet via fibra óptica aos 399 municípios do Estado, mas o serviço não abrange as áreas rurais. De acordo com Yamada, a Copel está

multiplicando a capacidade da fibra óptica em 86 municípios para atingir mais pontos. “O plano da Copel é abranger nos próximos anos a área rural.”

Durante o encontro organizado pelo Sistema FAEP/SENAR-PR, Cleber Affanio, da operadora de celulares TIM, falou sobre o avanço da cobertura da empresa no Estado. Nicolas Driesen, da Huawei (empresa chinesa fornecedora de tecnologia de informação), defendeu um mapeamento das demandas do Paraná e a busca de uma solução conjunta para o problema. O secretário estadual para Assuntos Estratégicos, Flávio Arns, expôs sobre o programa Rede 399, do governo do Estado, que pretende difundir a internet em todos os municípios paranaenses. E Angelo Aparecido Nardi, Rede TeleSul, que contou como os pequenos provedores estão ajudando o homem do campo a ter acesso à internet.

Esse evento coroa a iniciativa da FAEP, iniciada há quatro anos, de prover o meio rural com tecnologias de ponta na transmissão de dados nas propriedades, indispensável para a melhoria da sua qualidade de vida, produção e comercialização.

Novas regras do Proagro

Acionar ou não o programa afetará alíquota cobrada do produtor no ano agrícola seguinte. Mudanças entram em vigor a partir de 1.º de julho



O Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro) garante o pagamento das operações de crédito rural de custeio, quando a liquidação destes contratos é dificultada pela ocorrência de fenômenos naturais, pragas e doenças sem métodos difundidos de controle que atinjam as lavouras. As normas do Proagro são aprovadas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e codificadas no Manual de Crédito Rural (MCR - capítulo 16), que é divulgado pelo Banco Central do Brasil (Bacen).

O programa é custeado por recursos alocados pela União e outros provenientes da taxa que o produtor rural paga, chamado de adicional, ou seja, o custo para aderir ao Proagro. Em 2004 foi criado o “Proagro Mais”, destinado a atender os produtores vinculados ao Programa Na-

cional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) nas operações de custeio agrícola, que passou a cobrir também as parcelas de custeio rural e investimento, financiadas ou de recursos próprios.

O Proagro é administrado pelo Bacen e operado por seus agentes, representados pelas instituições financeiras autorizadas a operar em crédito rural, as quais contratam as operações de custeio e se encarregam de formalizar a adesão do mutuário ao Programa, da cobrança do adicional, das análises dos processos e da decisão dos pedidos de cobertura, do encaminhamento dos recursos à Comissão Especial de Recursos (GER), dos pagamentos e registros das despesas.

Quando o pedido de cobertura do Proagro é negado



pelo agente financeiro, o produtor pode recorrer à CER, única instância administrativa do Proagro. A CER é um órgão Colegiado, da qual a FAEP participa por indicação da CNA. A Secretaria Executiva do CER está ligada ao Ministério da Agricultura.

O Banco Central age com rigor para efetuar as indenizações em caso de ocorrência de sinistros, considerando fielmente as normas do Manual de Crédito Rural (MCR). Esse texto, elaborado pelo DTE/FAEP, pretende mostrar as principais regras e dicas aos produtores sobre o Proagro, baseado no MCR, mas não tem o objetivo de esgotar a análise de todas as normativas do programa, servindo como material de apoio para entender o funcionamento do Proagro e evitar perda de direitos do programa.

Eventos cobertos

Nas operações de custeio agrícola são causas de cobertura dos empreendimentos efetivamente enquadrados no Proagro os seguintes fenômenos naturais fortuitos e suas consequências diretas e indiretas: chuva excessiva, geada, granizo, seca, variação excessiva de temperatura, ventos fortes, ventos frios, doença ou praga sem método difundido de combate, controle ou profilaxia, técnica e economicamente exequíveis.

Nas operações de custeio pecuário são amparadas as perdas decorrentes de doenças sem método de combate, controle ou profilaxia.

Principais perdas que não são cobertas pelo Proagro:

a) decorrentes de:

- I - evento ocorrido fora da vigência do amparo do programa definida neste capítulo;
- II - incêndio de lavoura;
- III - erosão;
- IV - plantio extemporâneo;
- V - falta de práticas adequadas de controle de pragas e doenças endêmicas no empreendimento;
- VI - deficiências nutricionais provocadoras de perda de qualidade ou da produção, identificadas pelos sintomas apresentados;
- VII - exploração de lavoura há mais de 3 (três) anos, na mesma área, sem a devida prática de conservação e fertilização do solo;
- VIII - qualquer outra causa não prevista, inclusive tecnologia inadequada;
- IX - cancro da haste (*Diaporthe phaseolorum f. sp. meridionalis*; *Phomopsis phaseoli f. sp. meridionalis*) e nematóide de cisto (*Heterodera glycines*) na lavoura de soja, implantada com variedades consideradas suscetíveis pela pesquisa oficial, independentemente do tipo de tecnologia utilizada no empreendimento;
- X - das doenças conhecidas por: “gripe aviária” (*Influenza Aviária*); e “mal da vaca louca” (*Bovine Spongiform Encephalopathy - BSE*);

b) referentes a:

- I - itens de empreendimento sujeitos a seguro obrigatório;
- II - itens de empreendimento amparados por seguro facultativo ou mútuo de produtores;
- III - empreendimento cuja lavoura tenha sido intercalada ou consorciada com outra não prevista no instrumento de crédito ou, no caso de atividade não financiada, no termo de adesão ao Proagro;
- IV - empreendimento conduzido sem a observância das normas aplicáveis ao crédito rural e ao Proagro e das condições do Zoneamento Agrícola de Risco Climático (Zarc);
- V - empreendimento cujo enquadramento seja expressamente vedado.

Alíquotas adicionais do programa

O beneficiário ao aderir ao Proagro obriga-se a pagar contribuição denominada adicional, incidente uma única vez sobre o valor total enquadrado. As alíquotas básicas do adicional para enquadramento de empreendimento no Proagro, a partir de 1.º de janeiro de 2017, são as seguintes:

- a) lavouras irrigadas, inclusive cultivos protegidos: 2%;
- b) em empreendimentos em regime de sequeiro:

- I - milho (verão) e soja: 4,5%;
- II - milho safrinha (2ª safra): 6%;
- III - ameixa, maçã, nectarina e pêssego: 6,5%;
- IV - cevada e trigo: 6,5%;
- V - demais culturas zoneadas: 4%.

As alíquotas para enquadramento de empreendimentos no Proagro Mais, desde 1.º de janeiro de 2017, são as seguintes:

- a) lavouras irrigadas, inclusive cultivos protegidos: 2%;
- b) em empreendimentos em regime de sequeiro:

- I - milho (verão) e soja: 3,5%;
- II - milho safrinha (2ª safra): 5%;
- III - ameixa, maçã, nectarina e pêssego: 6,5%;
- IV - cevada e trigo: 6,5%;
- V - demais culturas: 3%;
- VI - demais culturas em áreas não zoneadas para o empreendimento: 3%.

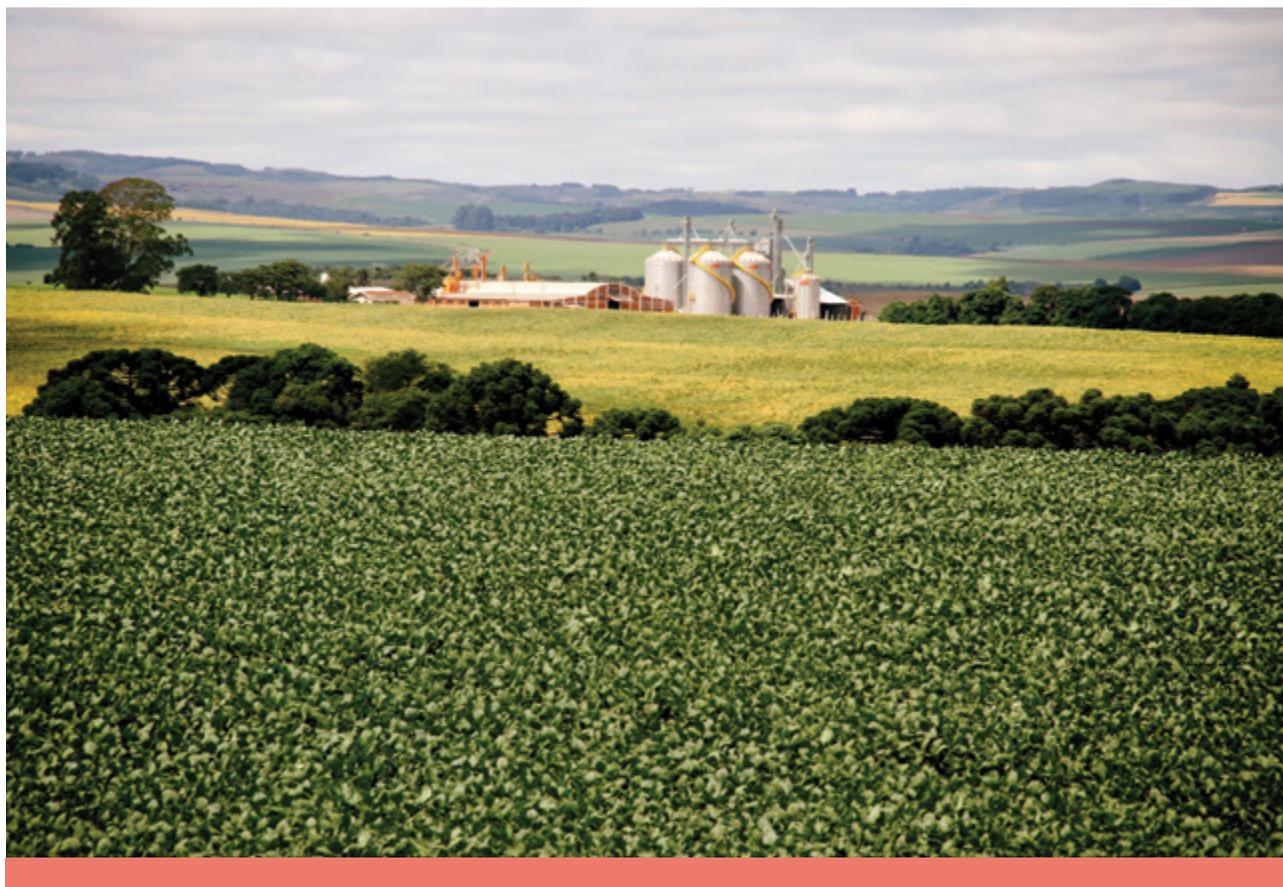
As alíquotas básicas do adicional, a partir do ano agrícola 2017/2018, que se inicia 1º de julho de 2017 serão objeto de decréscimo de 0,25 ponto percentual por ano agrícola em que o beneficiário tenha formalizado adesão ao Programa e não tenha solicitado cobertura, bem como serão objeto de acréscimo de 0,50 ponto percentual por ano agrícola em que o beneficiário tenha formalizado adesão ao Programa e tenha solicitado cobertura. Os decréscimos referidos na alínea não poderão resultar em alíquota inferior a 1%, para lavouras irrigadas; e 2%, nas lavouras em regime de sequeiro.

Para o cômputo dos anos em que o beneficiário formalizou adesão ao Programa, serão considerados os enquadramentos: a) a partir do ano agrícola 2015/2016, para o Proagro Mais; e b) a partir do ano agrícola 2016/2017, para o Proagro.



Como funciona a cobertura da indenização do Proagro?

A indenização será de até 100% do limite de cobertura do Programa para as operações contratadas a partir de 1º de julho de 2017.



Dicas para não perder os direitos a cobertura do Proagro

Orçamento

Procurar um engenheiro agrônomo para elaboração do orçamento analítico de despesas previstas com a lavoura e os respectivos valores, para encaminhamento ao agente financeiro e obtenção do crédito.

A variedade e quantidade de semente, a formulação e quantidade de adubo, herbicida, inseticida, fungicida e demais insumos recomendados no orçamento devem ser seguidos pelo produtor.

Qualquer alteração deve ser comunicada ao profissional que realizou o orçamento analítico e aprovada por escrito por ele e pelo agrônomo do agente financeiro, antes de ser realizada.

Tomar cuidado ao prestar as informações sobre sistemas de plantio, lembrando que, se informar que fará “plantio direto” e depois fizer plantio convencional ou vice/

versa, o agricultor perderá o direito à cobertura.

Entregar os seguintes documentos ao agente financeiro no ato da entrega do orçamento analítico e formalização do enquadramento da operação no Proagro:

a- Um mapa identificando a área onde será implantada a lavoura financiada e a não financiada, se houver. Qualquer alteração em relação à localização dessas áreas deve ser imediatamente comunicado ao agente financeiro e à assistência técnica.

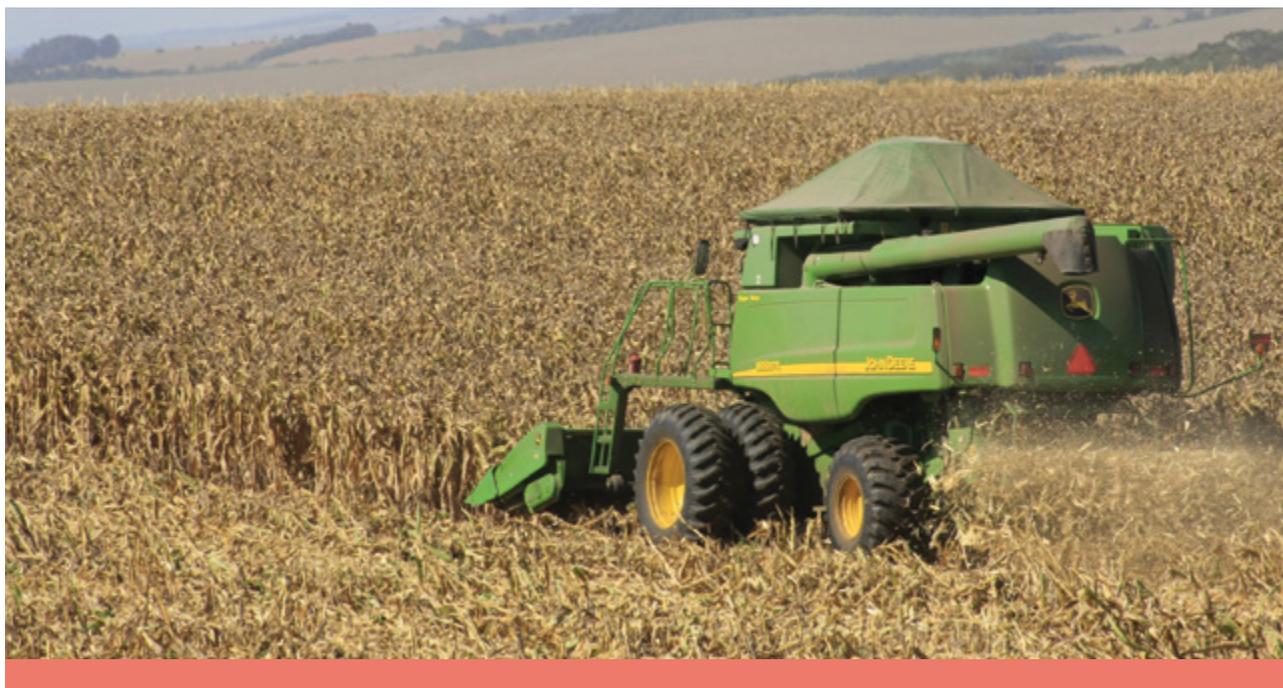
b- Comprovação da matrícula do imóvel que deve estar no nome do mutuário, de membro da família constante da DAP no caso da agricultura familiar ou do proprietário da terra.

c- Resultado de análise química do solo, com até 2 (dois) anos de emissão, e respectiva recomendação do uso de insumos;

d - Resultado de análise granulométrica do solo, com até 10 (dez) anos de emissão, que permita verificar a classificação de solo em “Tipo 1”, “Tipo 2” ou “Tipo 3” prevista no Zarc;

As análises também devem estar no nome do mutuário, de membro da família constante da DAP no caso da agricultura familiar ou do proprietário da terra.

Realizar o plantio seguindo as recomendações previstas no Zoneamento Agrícola de Risco Climático do Mapa.



Comprovantes de aquisições de insumos

É obrigatório guardar os comprovantes de aquisições de insumos porque deverão ser apresentados ao agente financeiro para comprovar a aquisição em caso de solicitação de cobertura do Proagro.

Somente são aceitos como comprovantes de aquisição de insumos os seguintes documentos:

A primeira via da Nota Fiscal, o Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica (Danfe), ou o cupom fiscal, emitidos no nome da pessoa que assinou os documentos para obtenção do crédito e Proagro.

O único caso em que esses comprovantes são aceitos em nome de outro membro da família é para financiamento da agricultura familiar, com DAP,

Depois de efetuar o plantio

O agricultor precisa seguir todas as recomendações constantes nos laudos de assistência técnica para manter a lavoura no limpo e controlar ataques de pragas ou doenças.

Qualquer falha nesse sentido será considerada causadora de perdas não amparadas e diminuirá o valor da cobertura, podendo até inviabilizar a cobertura, dependendo do grau das perdas.

Se for necessário remanejamento entre as parcelas do orçamento analítico (exceto parcela de colheita), deve ser imediatamente comunicado à Assistência Técnica para que seja elaborado e encaminhado uma solicitação ao

Agente Financeiro, o qual deverá autorizar por escrito .

O Proagro não aceita comunicados de remanejamento após a ocorrência de perdas.

Quando ocorrer um evento amparado pelo Proagro que cause perdas na lavoura

I. Comunicação de ocorrência de perdas

O agricultor precisa dirigir-se ao agente financeiro e fazer a comunicação de ocorrência de perdas imediatamente após certificar-se que um evento (chuva excessiva, granizo, seca, ou outro amparado pelo Proagro) causou danos que reduzam o rendimento esperado da lavoura. O agente financeiro indicará um perito para vistoriar a lavoura.

A comprovação de perdas deve ser efetuada: a) no prazo de 3 (três) dias úteis a contar da solicitação do agente, no caso de perda parcial ou total por evento ocorrido na fase de colheita; b) no prazo de 8 (oito) dias corridos a contar da solicitação do agente, no caso de perda total, exceto quanto ao disposto na alínea “a”; c) no caso de perda parcial por evento anterior à fase de colheita, mediante 2 (duas) visitas ao imóvel, sendo a primeira no prazo de 8 (oito) dias corridos a contar da solicitação do agente e a outra na época programada para início da colheita.

II. Aguardar a vistoria do perito indicado pelo agente financeiro

III. Não colher nenhuma parte da lavoura antes da vistoria do perito.

IV. Quando o perito realizar a vistoria para comprovação das perdas: Acompanhar pessoalmente o perito na vistoria da lavoura ou designar uma pessoa para isso. Certificar-se de estar de acordo com as informações que o perito colocou em seu laudo, principalmente sobre a previsão da quantidade e qualidade do produto a ser colhido. Se houver perda da qualidade do produto, isso deve ser expresso claramente no laudo. Após a vistoria do perito, o agricultor precisa adotar todas as práticas recomendadas para minimizar os prejuízos e evitar o agravamento das perdas.

V. Quando houver agravamento de perdas

Se o perito fez a vistoria, estimou a produção a ser obtida e após sua visita o evento continuou a prejudicar a lavoura, ou ocorreu outro evento que baixou a quantidade e qualidade do produto, o agricultor deve dirigir-se ao assistente técnico e ao agente financeiro e comunicar que as perdas se agravaram.

O agente financeiro agendará uma nova vistoria. Acompanhar a vistoria e certificar-se de concordar com os dados registrados no laudo do perito sobre a quantidade e qualidade de produto a ser colhido.

VI. Quando o perito liberar a lavoura para ser colhida

Efetuar a colheita, comercializar o produto e levar imediatamente a primeira via das Notas Fiscais ao agente financeiro.

Importante

Quando houver perda de qualidade do produto, atestada pelo assistente técnico e perito será considerado o valor constante das notas de venda, desde que entregues ao agente financeiro antes da conclusão da análise do processo de cobertura do Proagro.

Se não forem apresentadas as notas de comercialização dentro desse prazo, o preço para o produto colhido será considerado o maior entre os seguintes parâmetros:

- Preço mínimo;
- Preço de mercado;
- Preço considerado no enquadramento da operação no Proagro;
- Preço de garantia definido para o Programa de Garantia de Preços para a Agricultura familiar, no caso de beneficiários do Pronaf.

Comissão Especial de Recursos (CER)

Quando o produtor não concordar com a decisão do agente financeiro sobre o valor ou sobre a falta de indenização:

Se o pedido de cobertura do Proagro é negado pelo agente financeiro ou quando o produtor não concorda com a indenização, ele tem o direito de recorrer na Comissão Especial de Recursos (CER), única instância administrativa do Proagro.

A CER é um órgão Colegiado, do qual a FAEP participa por indicação da CNA.

Para isso é necessário que o agricultor, ou seu assistente técnico, junte documentos com fatos que comprovem suas reivindicações, levem ao agente financeiro que montará um processo e encaminhará à CER.

É de 30 dias o prazo para apresentação do recurso, a contar da data em que o beneficiário tiver ciência da decisão do agente.

Os casos mais frequentes de ser negado o recurso do produtor na CER, ao longo de vários anos, têm sido as seguintes irregularidades:

- plantio em desacordo com o zoneamento estabelecido por portarias do Mapa;
- não apresentação de notas fiscais dos insumos adquiridos para o plantio;
- apresentação de notas fiscais em nome de terceiros;
- variedades plantadas não recomendadas pelos órgãos de pesquisas;
- colheita sem autorização do perito ou do agente financeiro;
- notas fiscais adulteradas.

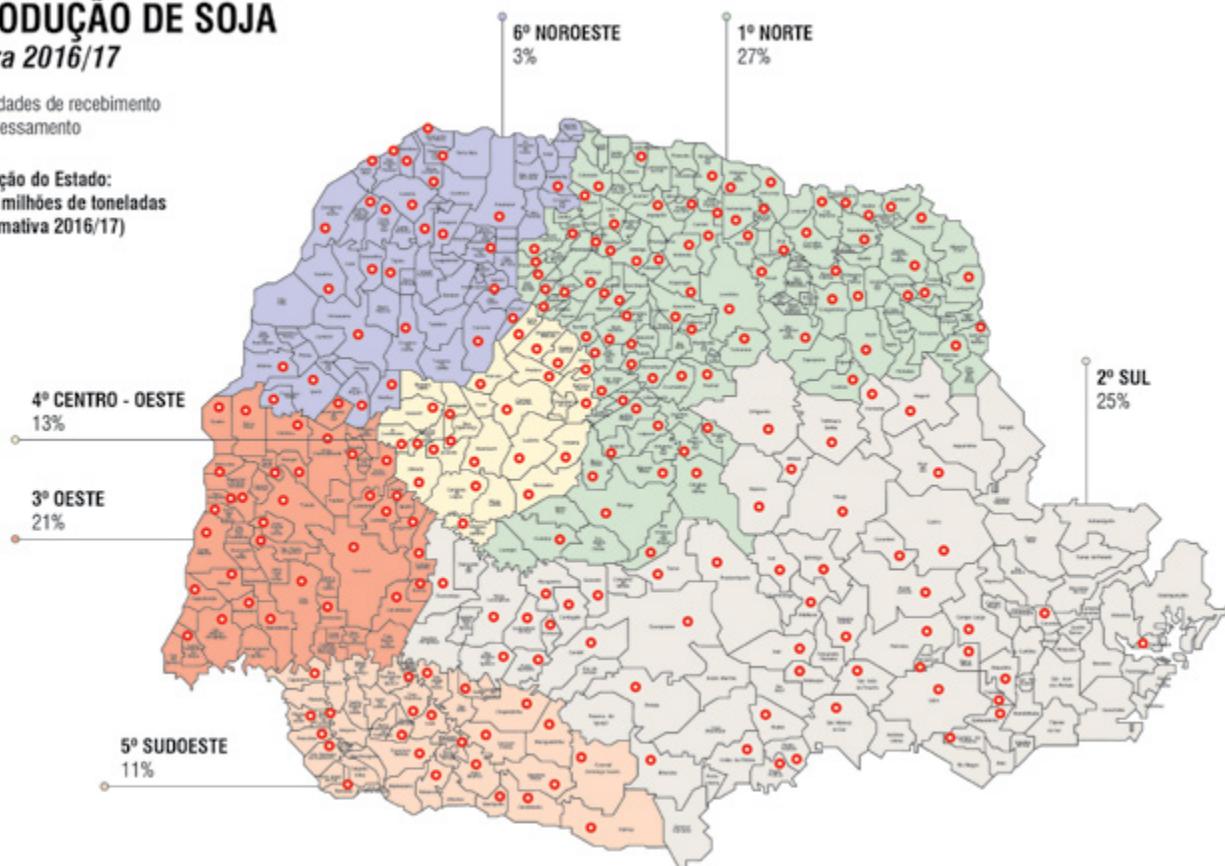
Reflexo do agronegócio paranaense

Estudo traz panorama sobre o potencial de escoamento da produção agropecuária do Estado

PRODUÇÃO DE SOJA Safrá 2016/17

● Unidades de recebimento e processamento

Produção do Estado:
19,04 milhões de toneladas
(*estimativa 2016/17)



O Paraná é o segundo maior produtor de grãos do país. A safrá 2016/17 deve fechar em 39,15 milhões de toneladas de grãos, de acordo com estimativa da Companhia Nacional do Abastecimento (Conab). O abate de aves, suínos e bovinos totalizou 5,1 milhões de toneladas em 2016, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O Estado é o segundo maior produtor nacional de leite, tendo produzido em 2015, de acordo com o IBGE, 4,6 bilhões de litros.

O agronegócio é responsável por cerca de 30% do PIB do Estado, segundo o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IparDES). O Para-

ná desempenhou papel de destaque nas exportações brasileiras, sendo o maior negociador de carnes para o exterior. O Estado ocupa o terceiro lugar no ranking dos volumes exportados de cereais, do complexo soja, complexo sucroalcooleiro e de produtos florestais, segundo o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC).

A vocação agrícola do Paraná é fonte para estudo produzido pelo Departamento Técnico Econômico da FAEP. O levantamento "Potencial de Escoamento da Produção Agropecuária Paranaense" traz informações sobre 13 cadeias produtivas no Estado, com dados sobre

10 PRIMEIROS PRODUTOS AGROPECUÁRIOS DO PARANÁ PELO VBP (2015)

RANKING	CULTURA	VALOR (R\$)	PARTICIPAÇÃO
1°	SOJA SAFRA NORMAL	16.999.824.874,26	21,84%
2°	FRANGO DE CORTE (AVES DE CORTE)	11.882.324.276,72	15,27%
3°	MILHO SAFRINHA	4.776.685.146,41	6,14%
4°	LEITE	4.459.837.440,90	5,73%
5°	SUÍNOS-RAÇA (para abate)	3.178.028.227,60	4,08%
6°	CANA-DE-AÇÚCAR	2.489.622.318,30	3,20%
7°	BOVINOS (BOI GORDO)	2.329.007.284,75	2,99%
8°	TRIGO	1.965.895.392,84	2,53%
9°	SILAGEM DE MILHO E/OU SORGO	1.644.265.292,34	2,11%
10°	MILHO SAFRA NORMAL	1.642.837.524,33	2,11%

soja, milho, cana-de-açúcar, trigo, feijão, batata, cultivos florestais, mandioca, suínos, bovinocultura de corte e de leite, aves e fertilizantes.

As safras movimentam cerca de 39 milhões de toneladas na temporada 2016/17. Boa parte deste volume se destina ao consumo interno. A produção também é exportada para outros países ou segue para outros estados brasileiros.

Nos últimos anos, em média, 75% dos produtos agropecuários do Paraná foram transportados via rodo-

vias e 25% por ferrovias. Em 2016, as exportações do agronegócio paranaense, principalmente pelos portos de Paranaguá e Antonina, representaram 76% do total negociado pelo Estado. O Paraná foi o terceiro maior exportador do agronegócio brasileiro, com 13,31%.

O objetivo do estudo do DTE/FAEP é fornecer informações sobre a produção agropecuária e o escoamento da produção no Estado. O levantamento pode ser acessado na íntegra na página do Sistema FAEP na internet (sistemafaep.org.br).

Informações do agronegócio

19 milhões de toneladas de soja foram produzidas no Estado

68% da soja paranaense é exportada pelo Porto de Paranaguá e 32% por outros portos

88,3% da soja paranaense exportada utilizou transporte de caminhão e 11,7% foi embarcada em vagões de trem

32% da produção do frango nacional vêm do Paraná, líder na produção e exportação

150 milhões de frangos são abatidos por ano

55% da produção de frangos é destinada ao mercado interno

45% da produção de frango é exportada para 115 países

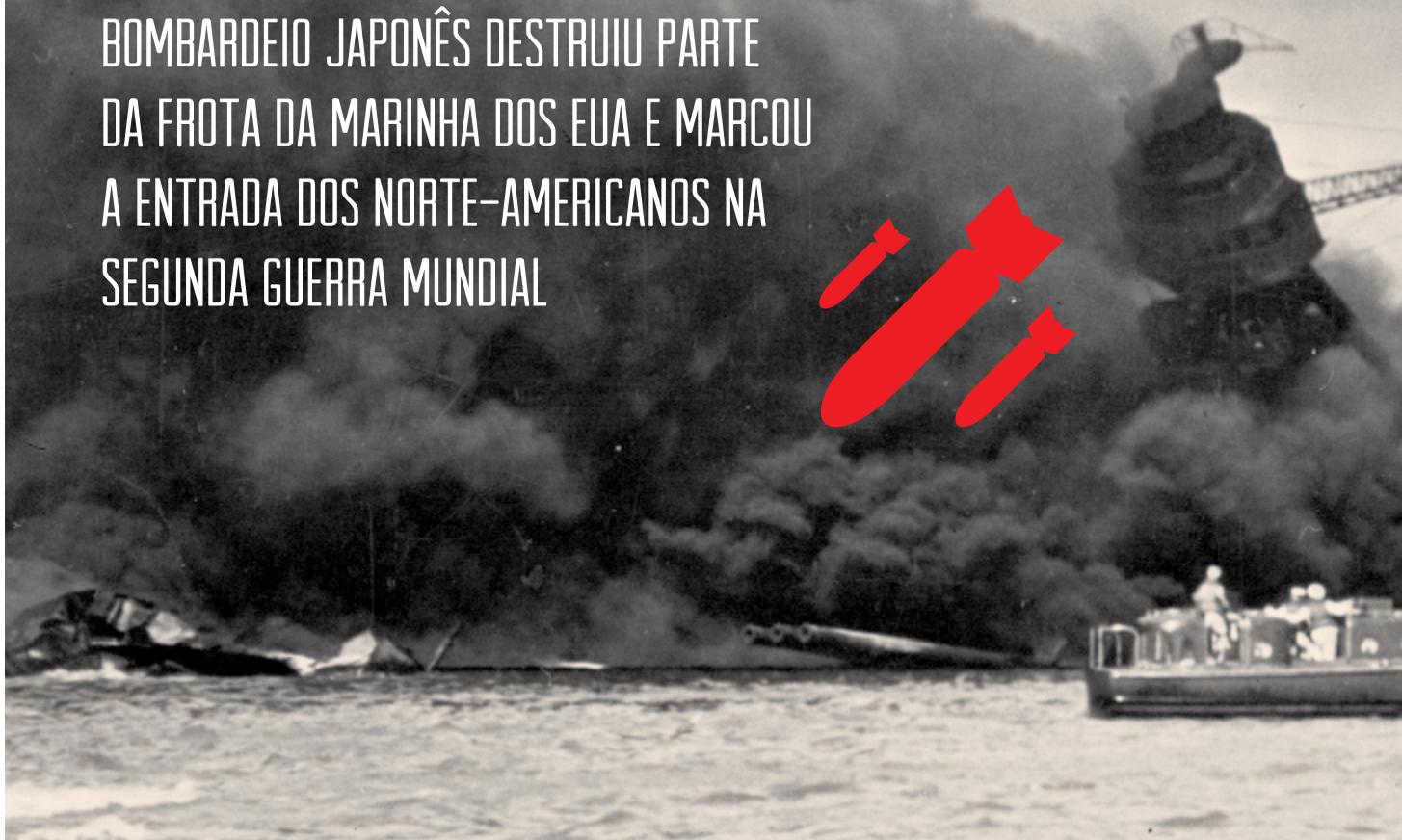
1,6 milhão de toneladas de milho paranaense são exportados por Paranaguá

30% foi o crescimento da produção de leite, entre 2010 e 2015, no Paraná

ATAQUE A

PEARL HARBOR

BOMBARDEIO JAPONÊS DESTRUIU PARTE
DA FROTA DA MARINHA DOS EUA E MARCOU
A ENTRADA DOS NORTE-AMERICANOS NA
SEGUNDA GUERRA MUNDIAL



Na manhã do dia 7 de dezembro de 1941, um ataque aéreo japonês destruiu ou danificou parte da frota de navios e aviões da Marinha dos Estados Unidos, baseada na ilha de Oahu, no Haváí. O bombardeio a Pearl Harbor deixou um saldo de 2.403 mortos e 1.178 feridos, e marcou a entrada dos norte-americanos na Segunda Guerra Mundial.

A ação japonesa começou em 26 de novembro de 1941, quando a esquadra, que incluía seis porta-aviões, deixou a baía de Hitokappu, nas Ilhas Kurilas e seguiu para o Haváí. Para surpreender o inimigo, todas comunicações via rádio entre as embarcações estavam proibidas. O setor de inteligência dos EUA tinha informações sobre um eminente ataque japonês, mas a demora na confirmação e no envio de dados acabou impedindo uma antecipação norte-americana.

Para historiadores, o ataque da Marinha Imperial do Japão à base dos EUA fez a Segunda Guerra, antes restrita à Europa, ganhar ares mundiais, com o teatro de guerra se deslocando para o Oceano Pacífico.

A reação dos EUA veio em 8 de dezembro de 1941. O Congresso norte-americano aprovou uma declaração de guerra ao Japão. Ao assinar o documento, o presidente Franklin Roosevelt determinou aumento na mobilização militar, início de uma economia de guerra no país e um ataque a Tóquio como resposta ao bombardeio a Pearl Harbor. O Ataque Doolittle ocorreu em 18 de abril de 1942, quando 16 aviões B-25 lançaram bombas contra fábricas, reservatórios de petróleo e instalações militares próximos à capital japonesa.

No dia 11 de dezembro de 1941, a Alemanha declarou guerra aos EUA. Alemães e italianos se aliaram ao Japão, formando o que foi convenionado como o Eixo.

● EXPANSÃO JAPONESA

O ataque a Pearl Harbor destruiu ou danificou 21 navios e 347 aviões norte-americanos. Dos 441 aviões usados pelos japoneses, 29 foram abatidos e 74 foram danificados pelos canhões antiaéreos. Os três porta-aviões da frota do Pacífico dos EUA não estavam na base no Haváí e não foram atingidos. Nove submarinos também escaparam. A ação japonesa provocou poucos danos aos reservatórios de combustíveis e não chegou às oficinas de reparos, o que permitiu o início de recuperação da frota imediatamente.

Mesmo assim, o bombardeio a Pearl Harbor fez a Marinha dos EUA levar seis meses para recuperar seu poderio bélico, sendo pouco atuante no teatro de guerra no Pacífico. Isto possibilitou a expansão japonesa no Sudoeste asiático chegando até o Oceano Índico. Após o ataque em dezembro de 1941, os japoneses conseguiram controlar a Tailândia, Hong Kong, Malásia, Indonésia, Birmânia e Filipinas.



A volta da cebola

Área destinada ao bulbo encolheu no Estado, mas produção cresceu 17%. Preços não animam produtores

Depois de enfrentar uma das piores quebras da história, a cebola voltou nesta safra com força renovada. Durante a temporada 2015/16, fortes chuvas castigaram as lavouras paranaenses, causando perdas da ordem de 20%, uma das piores da história.

Para a safra atual, que foi colhida no início de 2017, a área destinada ao bulbo no Paraná foi 8% menor, passando de 5.268 hectares para 4.867 ha. Sem enfrentar os problemas climáticos do ano passado, a produtividade foi bem superior, passando de 19,5 toneladas por hectare para 24,3 ton/ha nesta temporada. Com isso, a produção cresceu 17%, fechando em 118 mil toneladas. Segundo o Departamento de Economia Rural (Deral) da Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento (Seab), a média estadual de produtividade nesta safra foi de 24,3 toneladas por hectare, 24% a mais do que a média da safra anterior.

As cebolas produzidas no Estado já foram comercia-

lizadas quase que totalmente. De acordo com Iniberto Hammershimidt, engenheiro agrônomo da Emater que acompanha a cultura há décadas no Estado, até meados de maio havia somente 5% de estoque. No ano passado, na mesma época, já não se encontrava cebola nos galpões paranaenses. Com a baixa produção daquela safra, o preço do produto aumentou, mas nem por isso atraiu “aventureiros”, isto é, pessoas que vem de outras atividades com esperança de aproveitar os bons preços obtidos com a venda da cebola. “São mais comuns os produtores tradicionais, que têm experiência”, explica Hammershimidt.

Um exemplo deste perfil é Silvestre Biernaski, de Campo Largo. “Trabalho com cebola desde que nasci”, explica o produtor de 60 anos, que aprendeu o ofício com os pais. Nesta safra, ele plantou 1,5 hectare do bulbo, colhendo em média 20 toneladas por hectare. Na sua opinião, mesmo em uma cultura onde a presença de aventureiros é pe-



Biernaski: 60 anos na vida com a cebola

quena, quando os preços sobem, como ocorreu no ano passado, grandes produtores destinam mais áreas para a cultura, aumentando a oferta e, conseqüentemente, fazendo o preço despencar.

Segundo Hammershimidt, entre janeiro e março deste ano, em plena safra de cebola, a saca de 20 quilos estava sendo comercializada por cerca de R\$ 10. Atualmente, com os estoques quase terminados, a saca está sendo vendida por cerca de R\$ 25, ou R\$ 1,25 o quilo, valor que remuneraria o custo de produção, que é de 60 centavos de real o quilo.

Na lavoura de Biernaski, problemas com pragas reduziram a produtividade e também o tamanho dos bulbos. Ele conta que hoje recebe 60 centavos de real pelo quilo da cebola miúda. “A cebola graúda é o dobro do preço. Mas a pequena, se você investir, contar o serviço, não paga”, afirma. De acordo com ele, o que mantém a viabilidade da propriedade hoje é o plantio de grãos (soja, milho, trigo e feijão). “O que está segurando é a soja”, avalia.

No seu caso, o baixo desempenho da cebola tem nome: tripses. O pequeno inseto ataca principalmente a cebola que é plantada mais tarde causando grandes prejuízos. “Pega, principalmente, a cebola que é plantada de outubro para frente quando está mais quente”, afirma. Segundo ele, às vezes, essas perdas chegam a 50% da produção. Por conta disso, a área destinada ao bulbo vem diminuindo gradativamente. “Antes plantava 2,5 hectares, agora planto 1,5”, diz.

Sistema de produção

Na propriedade de Biernaski, a mão de obra é toda familiar. Ele e os dois filhos cuidam de todo serviço, que não é pequeno. Antes de ir para a lavoura, as sementes de cebola devem ser plantadas em pequenos canteiros, trabalho que é realizado geralmente em abril. Depois de

60 dias, a muda já está grande o suficiente para ser transplantada para a lavoura, operação que deve ser feita uma a uma. De acordo com o espaçamento das mudas é possível controlar o tamanho do bulbo. “Tem gente que usa sementeira para plantar, mas aqui a nossa terra não se adapta”, observa Valdir Biernaski, filho de Silvestre.

As mudas são plantadas na palhada, semelhante ao processo do Plantio Direto. Para plantar um hectare, a família Biernaski leva cerca de 25 dias. “Pegando todo dia, sem nenhum dia de chuva”, explica Valdir. A mão de obra, segundo ele, seria o item mais caro do custo de produção. Aliás, seria cara se houvesse mão de obra disponível. “É muito trabalhoso. Tem que fazer muda, transplantar, limpar. Ninguém quer pegar esse serviço”, explica.

Já faz algumas temporadas que os Biernaski trabalharam com duas variedades de cebola. A “bola precoce”, de maiores dimensões, que é colhida em dezembro e a “crioula”, que é um pouco menor e colhida em janeiro. Esta última permite um tempo maior armazenada, com isso é possível administrar melhor a venda da produção, obtendo melhores preços.

Encontro

A variedade crioula, bem como a técnica de plantio na palha, Silvestre conheceu frequentando o tradicional Encontro Estadual de Produtores de Cebola, que este ano chegou à 27.ª edição. Organizado pela Emater, o evento promove a troca de experiências e a difusão de técnicas e tecnologias entre os produtores do bulbo no Estado. Biernaski não conseguiu comparecer a todos os encontros ao longo destes 27 anos, mas foi a 21 deles. “É muito bom. Você vê como estão fazendo com a cebola em outros lugares”, diz.

O Paraná é o **SÉTIMO** maior produtor de cebola do país, com **7% da produção nacional**

São **3,8 mil produtores** em 130 municípios. A média das propriedades é de 1,4 ha.

A **Região Metropolitana de Curitiba produz 58% da cebola paranaense**. A região de Iratí vem em segundo lugar com 25%.

Fonte: Deral/Seab



Fruta exótica e lucrativa

Kiwi é alternativa de renda em pequenas propriedades

Por André Amorim

Fruta relativamente nova nos pomares do Brasil, o kiwi vem ganhando adeptos tanto do lado do consumo quanto do lado da produção. A Região Metropolitana de Curitiba (RMC) é um dos grandes polos produtores no Brasil, ao lado de Farroupilha (RS) e Campo Alegre (SC).

Segundo o Departamento de Economia Rural (Deral) da Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento (Seab), em 2015 (último dado disponível) o kiwi ocupava uma área de 180 hectares no Estado, proporcionando uma produção de aproximadamente 3 mil toneladas e um Valor Bruto da Produção (VBP) da ordem de R\$ 6 milhões.

Apesar da carência de dados nacionais sobre o cultivo da fruta, estima-se que pouco mais de 10% do consumo de kiwi no país seja suprido pela produção interna. A imensa maioria da fruta consumida pelos brasileiros vem de

outros países, como Itália, Chile e Nova Zelândia, principais produtores mundiais.

Foi mirando essa oportunidade que o administrador João Francisco Tigrinho decidiu apostar na produção da fruta em sua propriedade localizada em Balsa Nova, na RMC. “Kiwi é uma fruta que muito pouca gente planta”, observa. Filho de agricultores, ele teve contato com o sistema produtivo da planta há alguns anos, quando realizou a administração judicial de uma fazenda que tinha o kiwi entre suas atividades. Encantou-se com a atividade e decidiu produzir ele mesmo o fruto exótico.

Em 2009, Tigrinho iniciou as benfeitorias na propriedade para a instalação de um pomar. Semelhante à uva, o kiwi é uma planta trepadeira que necessita de suporte aéreo para crescer e se desenvolver. Dos 24 hectares da pro-

priedade, 15 ha foram destinados à fruta. “Existem vários sistemas de produção. O nosso é chamado de ‘latada’. Com ele, conseguimos ter um número maior de plantas por hectare”, explica o produtor.

Com um adensamento de mil pés por hectare, sua expectativa é colher este ano uma média de 40 toneladas por hectare. Na região, a colheita do kiwi ocorre entre abril e maio. Os frutos são colhidos verdes com grau brix (escala que mede a quantidade de açúcares) de 5,5 graus, o que significa que são muito azedos. São então encaminhados para câmaras de atmosfera controlada nas quais vão amadurecer, ficando mais doces com o passar do tempo. Essa estratégia, além de ser necessária para a conservação dos frutos, serve também para administrar melhor a venda da produção. Nas câmaras, os frutos podem ficar armazenados por até seis meses. “Você estoca em abril e consegue vender em setembro, quando não tem mais kiwi nacional no mercado, só o importado”, explica Tigrinho. Desta forma é possível obter melhores preços de venda.

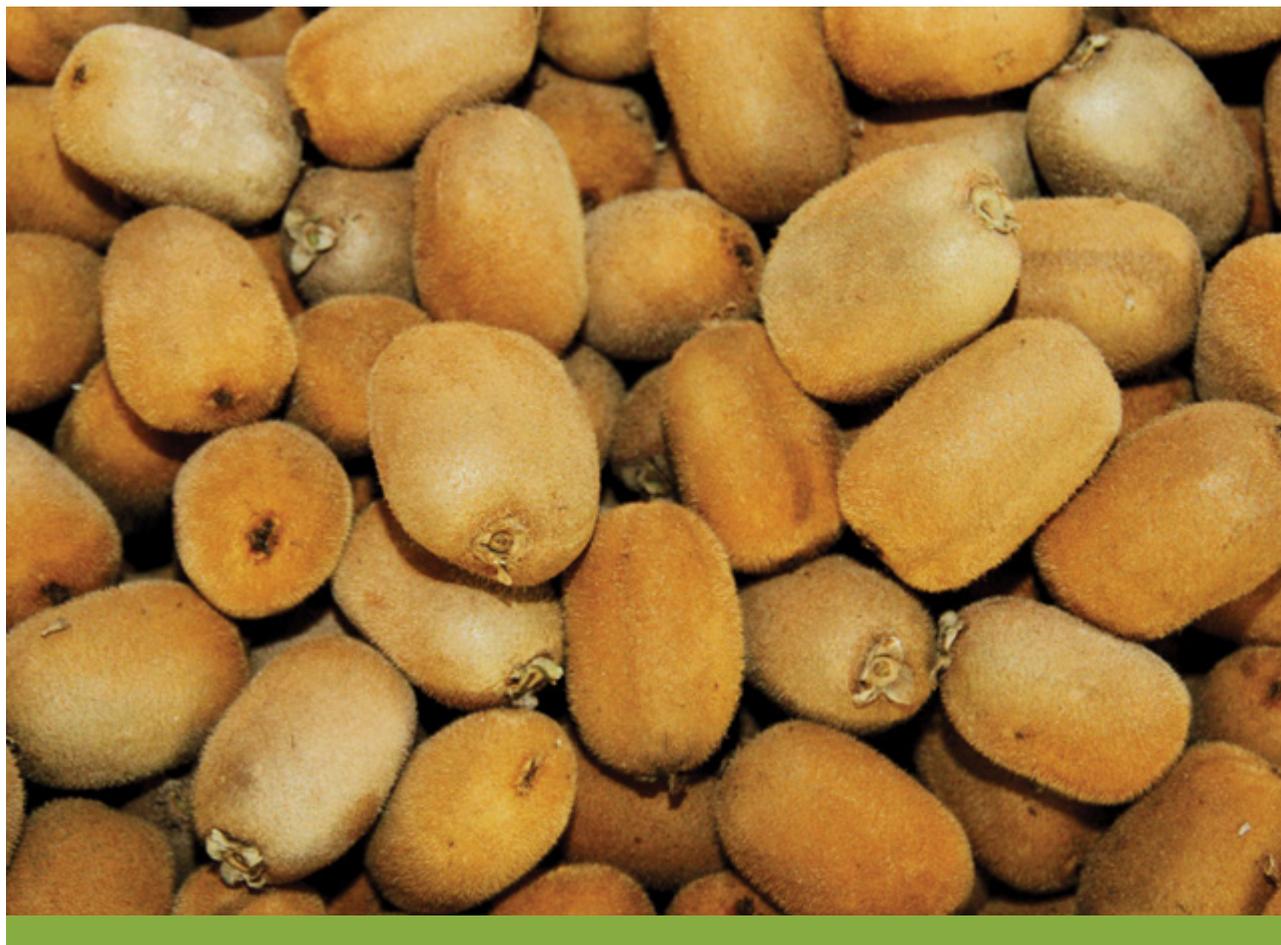
De acordo com o Deral, o preço médio anual pago aos produtores de kiwi em 2015 (último dado disponível) era de R\$ 2 o quilo. Agora, em plena safra, o produtor encontra preços um pouco mais baixos, na casa de R\$ 1,50 o quilo.

Ainda assim a remuneração é proporcionalmente mais significativa do que a maioria das culturas agrícolas. “Para

pequenas propriedades, a saída é investir em frutas e verduras. Não adianta plantar soja, milho”, avalia Tigrinho. Segundo ele, o rendimento bruto por hectare do seu pomar é de aproximadamente R\$ 60 mil. Com um custo médio de produção de R\$ 20 mil/ha, sua renda líquida fica em torno de R\$ 40 mil/ha.

Segundo o produtor, o investimento para começar a produzir, envolvendo a aquisição das mudas, estrutura de irrigação por aspersão, cabos suspensos etc., incluindo aí o custeio, é da ordem de R\$ 150 mil por hectare. Depois de plantado, o pé de kiwi vai demorar quatro anos para começar a produzir, após esse período um pomar bem manejado pode durar até 40 anos.

Este ano, Tigrinho colheu uma média de 28 toneladas por hectare, produtividade que, segundo ele, ainda é possível melhorar, incrementando o manejo das frutas. “Minha expectativa é colher até 40 toneladas por hectare”, diz. Para obter um bom rendimento, ele tem um cuidado especial com a água. “Ele [kiwi] não tolera solos encharcados e também não pode faltar água”, explica. Na propriedade de Tigrinho existem cerca de 100 nascentes, que já foram identificadas pelo produtor. A água é canalizada para dois tanques onde ele cria Jundiá, uma espécie de bagre nativo. “A finalidade dos tanques não é a piscicultura, mas armazenar água para a irrigação”, afirma.



Manejo

O manejo do kiwi é praticamente todo manual, o que implica em altos custos com mão-de-obra. Essa demanda ocorre principalmente em três momentos da produção. O primeiro é a poda das plantas, que ocorre por volta de julho. Depois vem o “raleio”, em outubro, que é quando são cortadas a maior parte das flores das plantas para evitar que os frutos fiquem muito pequenos. Cada planta tem cerca de 3 mil flores, que devem ser cortadas até que sobrem apenas 750. A terceira etapa é a colheita, que ocorre entre abril e maio. Para cada uma destas operações ele contrata 15 quinze trabalhadores temporários, além de dois funcionários fixos para os serviços diários da propriedade.

O pomar em Balsa Nova conta com três variedades diferentes da fruta: Bruno, Monty e Yellow King. Uma das vantagens do kiwi é a sua resistência. “Quase não tem problema com praga. Exige alguns cuidados, mas nada que seja preocupan-

te”, observa Tigrinho.

A cada mil plantas, 900 são fêmeas, que dão frutos, e 100 são machos que servem apenas para a polinização. Para realizar este trabalho, existem cerca de 100 colmeias de abelha espalhadas pela propriedade. Além de realizar a polinização das plantas, o mel produzido se converte numa fonte de renda extra.

Mercado

Para facilitar a comercialização das frutas, Tigrinho passou a fazer parte da Cooperativa da Agricultura Familiar de Campo Largo (Cooperlargo). Por meio dela, este ano seu kiwi irá integrar a merenda escolar das escolas da região. A cooperativa também contratou, junto ao Sebrae, um trabalho de boas práticas de produção para construir o processo de rastreabilidade dos produtos, condição para que sejam adquiridos por grandes redes de atacadistas e supermercados.

Outro objetivo de Tigrinho é ven-

der sua produção diretamente aos supermercados, evitando assim atravessadores. Para ganhar esses mercados, ele está criando uma marca para suas frutas. “Se eu não tiver um diferencial, vou ser só mais um produtor de kiwi”, pondera. Outra estratégia é contratar um profissional que se encarregue somente da comercialização das frutas. “Hoje eu produzo bem, mas vendo mal. Vamos mudar isso”, avalia o produtor.

Turismo

Outra estratégia para agregar mais renda à atividade é o turismo rural. A propriedade conta com uma vantagem geográfica que é a proximidade de diversas pousadas que podem dar o suporte para pouso e refeições, enquanto a fazenda oferece passeios e atividades ligadas à produção das frutas. Neste ano, ele recebeu na propriedade 80 turistas que participaram da colheita do kiwi. Para o futuro, Tigrinho estuda a implementação de outras atrações na propriedade.



História do kiwi

O kiwi (*Actinidia deliciosa*) é natural da China, chegando a ser elencada como um dos símbolos nacionais do país asiático, ao lado do tênis de mesa e do urso panda. No início do século XX, a espécie foi levada para

a Nova Zelândia, onde prosperou e ganhou produção comercial, sendo batizada com o nome “kiwi”, em homenagem ao pássaro típico daquele país, que não voa e tem aparência semelhante ao fruto.

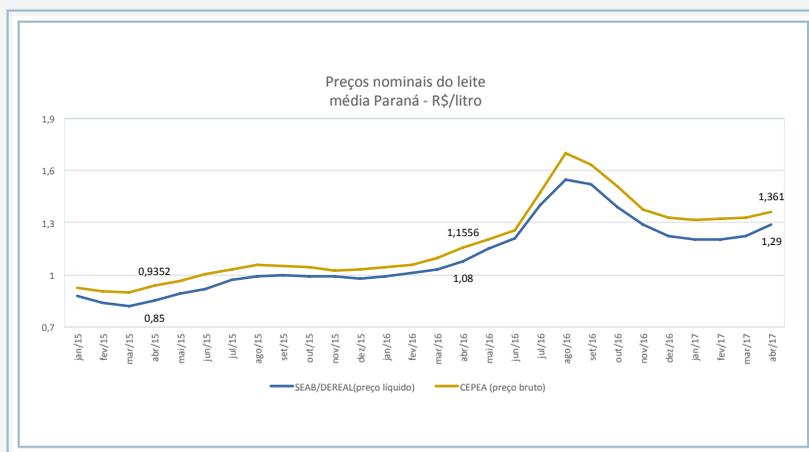
Por volta de 1930, os produtores já haviam selecionado as melhores variedades para frutificação e em 1940 havia várias plantações comerciais no país da Oceania. Durante a Segunda Guerra Mundial, a fruta tornou-se popular entre militares norte-americanos baseados na Nova Zelândia. Em 1953 foram realizadas as primeiras experiências com exportações de kiwi para o Japão, América do Norte e Europa.

No Brasil, a fruta começou a ganhar popularidade na década de 1980 e hoje é cultivada principalmente na região Sul do país. Ao longo deste tempo, a Itália passou a Nova Zelândia e hoje é a principal produtora mundial de kiwi. Na América do Sul, o Chile desponta com grande produtor, do qual vem boa parte do kiwi consumido pelos brasileiros.

Conselho Paritário Produtores/Indústrias de Leite do Estado do Paraná / **CONSELEITE-PR**

RESOLUÇÃO Nº 5/2017

A diretoria do Conseleite-Paraná, reunida no dia 16 de maio de 2017, na sede da FAEP, na cidade de Curitiba, atendendo os dispositivos disciplinados no Capítulo II do Título II do seu Regulamento, aprova e divulga os valores de referência para a matéria-prima leite realizados em abril de 2017 e a projeção dos valores de referência para o mês de maio de 2017, calculados por metodologia definida pelo Conseleite-Paraná, a partir dos preços médios e do mix de comercialização dos derivados lácteos praticados pelas empresas participantes.



VALORES DE REFERÊNCIA DA MATÉRIA-PRIMA (LEITE)

POSTO PROPRIEDADE* - ABRIL/2017

Matéria-prima	Valor projetado em abril/2017 (leite entregue em abril a ser pago em maio)	Valor final em abril/2017 (leite entregue em abril a ser pago em maio)	Diferença (projetado-final)
Leite PADRÃO	1,1012	1,1082	0,0070

VALORES DE REFERÊNCIA DA MATÉRIA-PRIMA (LEITE)

POSTO PROPRIEDADE* - ABRIL/2017 E PROJETADOS MAIO/2017

Matéria-prima	Valor final em abril/2017 (leite entregue em abril a ser pago em maio)	Valor projetado para maio/2017 (leite entregue em abril a ser pago em junho)	Diferença (projetado-final)
Leite PADRÃO	1,1082	1,1007	-0,0075

Observações: Os valores de referência indicados nesta resolução para a matéria-prima leite denominada "Leite Padrão", se refere ao leite analisado que contém 3,50% de gordura, 3,10% de proteína, 400 mil células somáticas/ml e 300 mil ufc/ml de contagem bacteriana.

Para o leite pasteurizado o valor projetado para o mês de maio de 2017 é de **R\$ 2,3692/litro.**

Visando apoiar políticas de pagamento da matéria-prima leite conforme a qualidade, o Conseleite-Paraná disponibiliza um simulador para o cálculo de valores de referência para o leite analisado em função de seus teores de gordura, proteína, contagem de células somáticas e contagem bacteriana. O simulador está disponível no seguinte endereço eletrônico: www.conseleitepr.com.br

Curitiba, 16 de maio de 2017

RONEI VOLPI Presidente | **WILSON THIESEN** Vice - Presidente

Metodologia do Conseleite

A Câmara Técnica do Conselho Paritário Produtores/Indústrias de Leite do Estado do Paraná (Conseleite) reuniu-se em Curitiba, no dia 15 de maio, para discutir possíveis alterações na metodologia para o cálculo do preço do litro de leite, valor que serve como referência para os negócios no Estado. A Câmara é composta forma paritária, com o mesmo número de representantes dos produtores e da indústria, mediados por representantes da Universidade Federal do Paraná (UFPR). O Conseleite reúne-se uma vez por mês para elaborar o preço de referência do leite, que serve como baliza nos processos de comercialização.



Pecuária Moderna

O comitê gestor do programa Pecuária Moderna, que tem por objetivo fomentar a bovinocultura de corte no Estado, reuniu-se no dia 15 de maio, na sede da FAEP, em Curitiba para discutir, entre outros temas, a qualificação de técnicos para o atendimento dos participantes do programa e a distribuição de carteirinhas, com as quais é possível ter descontos em diversos tipos de insumos comercializados por empresas parceiras do programa.

Núcleo Entre Rios

O Núcleo Entre Rios, que abrange 31 municípios representados por 22 sindicatos rurais, organizou um encontro no dia 6 de maio, na sede do Sindicato Rural de Cianorte (região Noroeste). Na reunião, o coordenador do Departamento Jurídico da FAEP, Klaus Dias Kuhn, esclareceu dúvidas sobre a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) em relação ao Funrural e as medidas que estão sendo tomadas para encontrar a melhor solução para a questão. Kuhn tratou ainda das alterações previstas nas reformas Previdenciária e Trabalhista. O capitão Claudio Roberto Longo Silva, subcomandante da 5.ª Companhia Independente de Polícia Militar (CIPM), e o aspirante a oficial da PM Vinicius Augusto de Almeida falaram sobre medidas preventivas para a segurança na área rural.





LEITOR EM FOCO

Se você tiver uma foto curiosa, expressiva, mande para publicação pelo email: imprensa@faep.com.br com seu nome e endereço.



Amor dos pequenos - O pequeno João Ataliba estava passeando com o vôô Hilário quando foi fotografado demonstrando o seu amor pelo pônei bala-no-alvo.



Quero-quero no painel - O leitor Valentim Marques de Jesus registrou esse filhote de Quero-quero no painel do seu caminhão em Cambé. Ele não imagina o perigo quando a mãe da pequena ave descobrir.



FUNDEPEC PR

FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO PARANÁ

INFORME

Veja também no site
www.fundepecpr.org.br

FUNDEPEC - PR | SÍNTESE DO DEMONSTRATIVO FINDO 30/04/2017

HISTÓRICO/CONTAS	RECEITAS EM R\$				DESPESAS EM R\$			SALDO R\$
	REPASSE SEAB		RESTITUIÇÃO DE INDENIZAÇÕES	RENDIMENTOS	TRANSFERÊNCIAS	INDENIZAÇÕES	FINANCEIRAS/BANCÁRIAS	
	1-13	14						
Saldo C/C	309,10	-	-	30,55	-	-	-	339,65
Serviços D.S.A	403.544,18	-	-	138.681,09	542.225,27	-	-	-
Setor Bovídeos	8.444.549,48	278,44	-	38.094.999,92	-	2.341.952,64	-	44.734.385,62
Setor Suínos	10.323.319,02	2.210.606,80	-	3.952.280,49	-	181.518,99	-	16.304.687,32
Setor Aves de Corte	1.481.958,15	2.342.576,48	-	3.839.398,67	-	-	-	7.663.933,30
Setor de Equídeos	53.585,00	23.737,78	-	150.943,55	-	-	-	228.266,33
Setor Ovinos e Caprinos	123,76	-	-	14.830,90	-	-	-	20.669,51
Setor Aves de Postura	37.102,41	46.905,50	-	189.111,10	-	-	-	273.119,01
Pgto. Indenização Sacrificio de Animais*	-	-	-	-	-	141.031,00	-	(141.031,00)
CPMF e Taxas Bancárias	-	-	-	-	-	-	77.567,43	(77.567,43)
Rest. Indenização Sacrificio de Animais*	-	-	141.031,00	-	-	-	-	141.031,00
TOTAL	20.744.491,10	4.624.105,00	141.031,00	46.380.276,27	542.225,27	2.664.502,63	77.567,43	69.147.833,31
SALDO LÍQUIDO TOTAL								69.147.833,31

Ágide Meneguette
Presidente do Conselho Deliberativo

Ronei Volpi
Diretor Executivo

Simone Maria Schmidt
Contadora | CO-CRC/PR-045.388/0-9

FUNDEPEC - PR - entidade de utilidade pública - Lei Estadual nº 13.219 de 05/07/2001.



CIANORTE

APLICAÇÃO DE AGROTÓXICOS

O Sindicato Rural de Cianorte, em parceria com a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, promoveu, entre os dias 1º e 3 de março, o curso Aplicação de Agrotóxicos – NR 31.8. Participaram 15 pessoas com o instrutor Mauro Moreira dos Santos



CAMPINA DA LAGOA

PALESTRA

No dia 24 de abril, o Sindicato Rural de Campina da Lagoa realizou uma palestra com o tema “Conservação do solo e uso da cama aviária como adubação de culturas”, com o especialista do Iapar Luiz Antonio Zanão Junior. Participaram 70 produtores rurais.



RIO AZUL

CULTIVO DE FUMO

O Sindicato Rural de Rio Azul, em parceria com a empresa Souza Cruz, promoveu, nos dias 27 e 28 de abril, o curso Trabalhador no Cultivo de Fumo – Manejo e Conservação de Solos. Participaram 11 pessoas com o instrutor Edson Marcio de Siqueira



IVAÍ

CIPATR

O Sindicato Rural de Ivaí promoveu, nos dias 3, 4 e 5 de abril, na cidade de Guamiranga, o curso Comissão Interna de Prevenção de Acidentes no Trabalho Rural (CIPATR). Participaram dez pessoas com o instrutor Pedro Maia Penna.



SÃO MATEUS DO SUL

COMPOTAS

O Sindicato Rural de São Mateus do Sul promoveu, nos dias 2 e 3 de maio, em sua extensão de base em Antônio Olinto, o curso Produção Artesanal de Alimentos – Compotas e Frutas Desidratadas. Participaram 11 pessoas com a instrutora Joelma Kapp.



LARANJEIRAS DO SUL

AGROTÓXICOS

O Sindicato Rural de Laranjeiras do Sul promoveu, nos dias 3, 5 e 9 de maio, o curso Trabalhador de Aplicação de Agrotóxicos – Norma Regulamentadora 31.8. Participaram 14 produtores rurais com o instrutor Miguel Luiz Severino Alves.



ABATIÁ

AGROTÓXICOS

O Sindicato Rural de Abatiá promoveu, entre os dias 8 e 10 de maio, o curso Trabalhador na Aplicação de Agrotóxicos – Norma Regulamentadora 31.8. Participaram dez pessoas com instrutor Eder Paulo Arrabal Arias.



PORECATU

QUALIDADE DE VIDA

O Sindicato Rural de Porecatu promoveu, no dia 9 de maio, o curso Qualidade de Vida, realizado no Centro de Vivência do município. Participaram 30 pessoas com a instrutora Joseane Luzia Granemann.

VIA RÁPIDA

Vírus mutante

O atual surto de febre amarela no Brasil vem tirando o sono dos cientistas do Instituto Oswaldo Cruz, no Rio de Janeiro. Segundo os pesquisadores, o vírus responsável pelos casos da doença no país sofreu mutações, que são inéditas na literatura científica mundial. O estudo foi publicado na revista científica Memórias do Instituto Oswaldo Cruz. Mas os cientistas garantem que a vacina disponibilizada protege contra esse vírus mutante. A doença é transmitida pelos mosquitos *Sabethes* e *Haemagogus*. Até meados de maio, o Ministério da Saúde havia confirmado 756 casos no país, com 259 mortes. Esse é o maior surto de febre amarela das últimas décadas.



Armaduras

Quem vai a uma loja da rede de material de construção Lowe's, em Christiansburg, nos Estados Unidos, pode achar que entrou por engano em um set de filmagem de um longa-metragem de ficção científica ou de super-heróis. Isso porque os funcionários do estoque da filial da rede, na cidade de 17 mil habitantes que fica no Estado de Virgínia, estão usando exoesqueletos para carregar latas de tinta, sacos de cimento e caixas de azulejos e, assim, evitar problemas ortopédicos. O equipamento envolve o corpo dos trabalhadores, aumentando a força e a velocidade nas tarefas da loja.



Na hora da fome...

A fome é capaz de levar o ser humano à guerra, a roubar e até a matar. Mas no caso de um piloto de helicóptero na Austrália, o desejo por um sanduíche o fez pousar a aeronave em um grama próximo de uma loja de uma famosa rede de fast food, em Sydney. O piloto faminto alegou que tinha permissão para fazer o pouso e que não tinha sido a primeira vez que ele havia descido com o helicóptero em locais não apropriados. As autoridades australianas abriram uma investigação para saber se comilão poderia fazer o tal procedimento. A cena chamou tanto a atenção que uma rádio local ofereceu dinheiro para quem fornecesse informações sobre o piloto.





“Pensamos em demasia e sentimos bem pouco. Mais do que de máquinas, precisamos de humanidade. Mais do que de inteligência, precisamos de afeição e doçura. Sem essas virtudes, a vida será de violência e tudo será perdido.”

Charles Chaplin,
ator inglês.

Outra do Joãozinho

- Joãozinho chamou o pai no meio da noite.
- Pai tem muitos mosquitos no meu quarto.
 - Apague a luz que eles vão embora, filho.
- Logo depois apareceu um vaga-lume e o menino chamou o pai outra vez.
- Pai, socorro! Agora os mosquitos estão vindo com lanternas.



Faz sentido

Na aula de física, a professora pergunta:

- Joãozinho, me dê um exemplo de desperdício de energia.

E ele responde:

- Contar uma história de terror de arrepiar os cabelos para um careca.

Nanoantibióticos

Pesquisadores do Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais, em Campinas (SP), criaram nanoantibióticos para enfrentar bactérias resistentes a medicamentos tradicionais. O estudo publicado recentemente na revista *Scientific Reports* mostra que a mistura de minúsculas partículas de prata com um antibiótico está conseguindo bons resultados contra formas mais resistentes do micróbio *Escherichia coli*, que pode provocar problemas no sistema digestivo. A pesquisa precisa avançar ainda antes do nanoantibiótico brasileiro entrar em escala de produção comercial.



UMA SIMPLES FOTO



Brinquedo de escondê

Mãe, como eu gosto de vancê.
Que sodade eu tenho de vancê.
Me alembro quando era pequeno,
mar sabia andá.

Punha um pé aqui, outro lá.
Caía, e bastava fazê um
beicinho pra chorá.

Vancê corria, me embalava,
me bejava.

E eu de tudo esquecia pra sorrir.

Mãe, como eu gosto de vancê.
Tenho uma sodade mãe
loca de vancê.

Me alembro muito de vancê.

Me alembro dos brinquedo
que nós brincava.

Roda, berlinda, chicote, queimada.
E eu gostava mais do brinquedo
de escondê.

Ficava atrás de uma porta.

Vancê se escondia eu
percurava percurava.

Quando num encontrava.

Já fazia um beicinho pra chorá.

Vancê então logo aparecia.

E eu de tudo esquecia prá sorrir.

Mãe, mas tenho uma sodade
mãe loca de vancê.

Eu me alembro muito de vancê.

Mamãe se me alembro.

Um dia vancê inventô um
novo brinquedo.

Fico quieta, muda, não falava.

Depois te levaram pra dentro
de um carro feio.

E o pessoal dizia pra mim.

Sua mãe foi se escondê.

Percurei, percurei, percurei.

Fiz beicinho chorei.

E vancê nunca mais apareceu.

E eu fiquei com uma réva loca

Do brinquedo de escondê.

Vorta mamãe, não posso
ficá sem vancê.

Lulu Benecase



Endereço para devolução:

Federação da Agricultura do Estado do Paraná
Av. Marechal Deodoro, 450 - 14º andar
CEP 80010-010 - Curitiba - Paraná

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS



- | | |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> Mudou-se | <input type="checkbox"/> Falecido |
| <input type="checkbox"/> Desconhecido | <input type="checkbox"/> Ausente |
| <input type="checkbox"/> Recusado | <input type="checkbox"/> Não procurado |
| <input type="checkbox"/> Endereço insuficiente | |
| <input type="checkbox"/> Não existe o nº indicado | |
| <input type="checkbox"/> Informação dada pelo
porteiro ou síndico | |

REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL

Em ___/___/___
Em ___/___/___

Responsável _____

Acesse a versão digital deste informativo:

sistemafaep.org.br

• FAEP - R. Marechal Deodoro, 450 | 14º andar | CEP 80010-010 Curitiba-PR | F. 41 2169.7988 |
Fax 41 3323.2124 | sistemafaep.org.br | faep@faep.com.br

• SENAR-PR - R. Marechal Deodoro, 450 | 16º andar | CEP 80010-010 Curitiba - PR | F. 41 2106.0401 |
Fax 41 3323.1779 | sistemafaep.org.br | senarpr@senarpr.org.br

Siga o Sistema FAEP/SENAR-PR nas redes sociais

